

REQUISITOS SOBRE TRANSACÇÕES COM O EXTERIOR NO CONTEXTO DO REGULAMENTO DA LEI CAMBIAL
AVISO 20/GBM/2017

1. Pagamento de Serviços: *(Artigos 34 e 36)*

- a) **Factura comercial a pagar;**
- b) **Certidão de quitação;** emitida pela Autoridade Tributaria na qual se indica o montante a transferir e o valor de imposto pago. A Certidão de quitação é igualmente aplicável nas circunstâncias em que exista Convenção entre Países para evitar a dupla tributação, nestes casos a a mesma mencionará o montante a transferir e que o imposto está isento.
- c) **Contrato de prestação de serviço;** registado no sistema bancário. O registo gera um número de sequência a ser usado pelos Bancos Comerciais na submissão da instrução de pagamento, para permitir o registo do pagamento no sistema do Banco de Moçambique antes do envio dos fundos.
- d) **BRP** – Formulário insituído pelo BM

2. Transferência de rendimentos de expatriados: *(Artigo 37)*

- a) **Autorização de trabalho;** emitida pelo Ministério do Trabalho;
- b) **Contrato de trabalho;** aprovado pelo Ministério do Trabalho ou outra entidade competente, nos casos em que seja legalmente necessário, ou comprovativo de dispensa da aprovação do contrato, nos casos em que a legislação laboral o permita. O contrato de trabalho deve mencionar o montante auferido pelo funcionário de modo a determinar o limite a ser transferido.
- c) **Certidão de quitação;** comprovando que o IRPS relativo ao salário a transferir foi pago ou retido;
- d) **BRP** – Formulário insituído pelo BM

3. Transferências unilaterais/ajuda familiar: *(Artigos 63 e 64)*

- a) Identificação do ordenante e do beneficiário;
- b) Indicação da relação entre o ordenante da transferência e o beneficiário dos fundos;
- c) Comprovativo da fonte de rendimentos do ordenante, caso as circunstâncias o mostrem necessário;
- d) Documentos comprovativos dos factos ou caracterização da transação que constituem a base para a solicitação e que conferem legitimidade ao solicitante da transferência;
- e) **Certidão de quitação original,** comprovando o pagamento ou isenção de IRPS relativo à transacção;
- f) **BRP** – Formulário insituído pelo BM

4. Importação de Mercadorias: *(Artigos 20 e 21)*

- a) **Documento Único;** autenticado pela entidade aduaneira comprovando a entrada da mercadoria no País;
- b) **Termo de Compromisso** de Intermediação bancária aprovado no sistema da JUE (Janela Unica Electronica);
- c) **Factura comercial** a ser paga;
- d) **Documento de Transporte;**
- e) **BRP** – Formulário insituído pelo BM
- f) **Autorização do Banco de Moçambique** para processos de desembaraço com mais de 2 anos.

O conjunto de documentos originais, excepto a cópia do Termo de Compromisso, deve ser submetido ao Banco devidamente autenticados (*carimbo e assinatura*) pela estância aduaneira que tramitou o desembaraço aduaneiro, para utilização pelo Banco antes da transferência dos fundos para o exterior.

5. **Pagamentos Antecipados:** (Artigo 28)

- a) **Factura proforma;**
- b) **Termo de compromisso aberto na JUE (Janela Unica Electronica),** através do qual o cliente compromete-se a apresentar os documentos originais alistados acima no nr 4 comprovando a entrada da mercadoria no território aduaneiro nacional no prazo de 90 dias contados a partir da data de pagamento ou da data estimada no contrato para a conclusão da produção dos bens, onde a produção ainda não esteja concluída na data de pagamento.
- c) **BRP – Formulário insituído pelo BM;**
- d) **Garantia de boa execução para pagamentos superiores ao equivalente a USD250.000,00.**

6. **Pagamento de Dividendos** - (Artigo 58) resultantes do Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique

- a) **BICP – Prova de registo de Investimento Estrangeiro no Bando de Moçambique;**
- b) **Declaração emitida por um Auditor independente,** confirmando que os lucros são resultantes do exercício em causa e de operações relacionadas com a actividade da empresa, explicando se os mesmos foram apurados antes ou após quaisquer transferências exigidas por lei;
- c) **Comprovativo do consentimento do competente órgão social,** ou tratando-se de dividendos; Acta da Assembleia Geral que deliberou a divisão dos lucros;
- d) **Certidão de quitação,** original, referente ao imposto pago relativo a transacção;
- e) **BRP – Formulário instituído pelo Banco de Moçambique.**

7. **Pagamento de Empréstimos Financeiros e Suprimentos** – (Artigo 60); Os juros resultam de empréstimos concedidos por entidades não-residentes a residentes, cujos requisitos abaixo se indicam:

- a) **BICP – Prova do registo de desembolso de Empréstimo no sistema do BM;**
- b) **Certidão de quitação original,** referente ao imposto pago relativo a juros.
- c) **Nota de Débito ou Plano de Amortização.**

8. **Recebimentos Externos:**

a) **IDE – Investimento Directo Estrangeiro - (Investimento de Capital):** (Artigo 73)

O registo de Projecto de Investimento Directo Estrangeiro deve ser seguido da emissão de BICP comprovando a realização de Investimento.

Registo de Projecto de Investimento Estrangeiro:

- Carta solicitando o registo do Projecto de Investimento;
- Formulário instituído pelo Banco de Moçambique;
- Documentos de identificação dos accionistas e da entidade implementadora do Projecto;
- Cópia da aprovação da APIEX contendo os termos de autorização do Projecto;
- Carta de atribuição do NUIT;
- Estatutos publicados no BR ou Certidão de constituição da Sociedade;

Emissão de BICP confirmando recepção de Capitais:

- Carta solicitando a emissão de BICP;
- Formulário instituído pelo Banco de Moçambique;
- Cópia do bordereau confirmando a recepção da moeda estrangeira a favor do empreendimento, ou documentos de importação mencionando o valor CIF da mercadoria. Quando o investimento é realizado através do direito de utilização de tecnologias patenteadas e de marcas registadas, os documentos confirmando o seu valor devem ser apresentados com o formulário apropriado.

b) Receitas de Exportação (*Artigo 8 do Aviso 20/GBM/2017*) conjugado com o Aviso 10/GBM/2019

As entidades residentes são obrigadas a repatriar as receitas de exportação de bens e serviços e os rendimentos de investimento no estrangeiro através de transferência bancária, para uma conta específica de receitas, no prazo de 90 dias contados a partir:

- Do embarque , no caso de exportação de bens;
- Do recebimento do preço ou dos honorários decorrentes do serviço prestado pela entidade residente a entidade não-residente nos termos contratuais; ou
- Do recebimento de rendimentos, no caso de investimento no estrangeiro.

Os fundos podem ser mantidos na totalidade em moeda estrangeira nas referidas contas e devem ser primeiramente usados para pagamentos ao exterior e convertidos para moeda nacional em transações domésticas a favor de outras entidades residentes, excepto nas circunstâncias previstas no Aviso 10/GBM/2019.

Requisitos para crédito de fundos resultantes do repatriamento de receitas:

- Cópia do Termo de Compromisso de Exportação;
- Documento Único;
- Factura Comercial;
- Documento de transporte.

Quando os fundos são recebidos antecipadamente, os requisitos abaixo devem ser observados antes do crédito dos fundos:

- Termo de Compromisso indicando a opção de “Pagamento Antecipado”;
- Factura proforma;

Os exportadores são obrigados a apresentar os documentos de desembaraço da exportação referida anteriormente após o embarque dos bens com vista a regularização do Termo de Compromisso. A retenção de receitas de exportação no exterior está sujeita a aprovação do Banco de Moçambique.

c) Recebimentos de Representações Comerciais: (Refira-se ao artigo 62 do Aviso 20/GBM/2017)

Nota: Caso a instrução de pagamento é submetida através do Mod SB-418 o BRP não deve ser exigido.